

## EDUCAÇÃO DO CAMPO E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL ZUMBI DOS PALMARES

Lenira Lins da Silva<sup>1</sup>

Edvaldo Carlos de Lima<sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho aborda o tema ‘educação do campo’, considerando o Projeto Político-pedagógico da Escola Municipal Zumbi dos Palmares, localizada no Município de Mari - PB, a partir das propostas pedagógicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tendo em vista, sobretudo, a realidade pedagógica dessa escola. Seu principal objetivo é de mostrar como foi planejado, estruturado e executado o PPP na unidade escolar em questão e verificar se as ações estão de acordo com os pressupostos metodológicos presentes nas práticas de ensino desenvolvidas pelos educadores, de acordo com os princípios educacionais pensados para a educação do campo. Quanto à metodologia, no primeiro momento, recorreu-se à pesquisa bibliográfica e à documental, e, no segundo, a pesquisa de campo. Durante todo o processo, percebeu-se que a escola pesquisada apresenta dificuldades para definir práticas educacionais que contemplem essa modalidade de ensino. Foi possível apresentar aspectos que se distanciam da concepção desse paradigma. Portanto, não há um embasamento teórico nem um desenvolvimento metodológico para compor o conjunto que envolve os processos para a elaboração do PPP. O estudo mostrou que, na unidade escolar, há muito a ser feito e revisto na elaboração do projeto pedagógico.

**Palavras-chave:** escola, Projeto Político-pedagógico, educação do campo.

### 1-INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado das pesquisas que foram realizadas no Programa de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq na cota 2018-2019. Durante esse período, venho abordando o tema ‘educação do campo’ a partir da perspectiva educacional dos movimentos sociais, sobretudo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, nos anos 90, introduziu, em sua luta incessante pela Reforma Agrária, a busca por uma educação de boa qualidade nos acampamentos e nos assentamentos.

O atual contexto educacional do país mostra que vem surgindo, dentro dos meios acadêmicos, principalmente nos cursos de licenciatura, discussões e reflexões acerca da

---

<sup>1</sup> Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba Campus III - Guarabira. Membro do CEAT-Centro de Estudos Agrários e do Trabalho; autor principal E-mail: Leniralins.gba@gmail.com

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba - Campus III - Guarabira. Coordenador do CEAT - Centro de Estudos Agrários e do Trabalho; orientador E-mail: edvaldo.edvlima@gmail.com

importância da gestão escolar para o planejamento e o desenvolvimento do Projeto Político-pedagógico (PPP). Por essa razão, tem particular relevância quando se trata dos direitos a educação dispostos na Constituição de 1988 e das ações propostas nas políticas educacionais até então vigentes, que nos possibilitam debater sobre sua influência no desenvolvimento dos planos escolares que necessitam prescindir de acordo com cada realidade, partindo da ideia de que devem ser considerados todos os aspectos políticos, culturais e sociais de cada unidade escolar.

É nessa lógica que a educação do campo, como um paradigma contra-hegemônico e que está se firmando dentro de uma perspectiva educacional diferenciada, pensa na escola e na educação para além do capital, o que requer que o planejamento da gestão escolar esteja construído em um alicerce fortalecido em uma visão educacional que contemple as especificidades do campo. Isso significa que o PPP não pode ser desenvolvido e executado sem uma concepção educacional que contemple os trabalhadores e as trabalhadoras do campo (CALDART, 2012). Assim, é necessária uma articulação conjunta que envolva todos os setores da escola, com o intuito de trabalhar de acordo com os interesses coletivos.

As escolas localizadas nos assentamentos que oferecem uma educação formal devem ter como prioridade em seus processos educativos construir uma nova sociedade. Por meio desse processo, pode-se manter a identidade local como um fator essencial para estabelecer uma relação mais próxima entre a escola e a comunidade, em uma gestão democrática da educação, com o objetivo principal de ligar o conhecimento empírico e os saberes dos camponeses ao conhecimento científico, na perspectiva de colher as diferenças existentes sem perder o fator importante da totalidade dos processos que envolvem a realidade do campo.

Assim, o objetivo central deste trabalho foi o de abordar como foi planejado, estruturado e executado o Projeto Político-pedagógico da Escola Zumbi dos Palmares, localizada no Município de Mari – PB, compreender todo o processo para sua elaboração e se obteve a participação dos professores, da diretora e da comunidade, numa visão coletiva e dentro dos princípios educacionais da educação do campo. Também objetivamos verificar se as ações atuais estão de acordo com os pressupostos metodológicos empregados nas práticas de ensino desenvolvidas na escola pelos educadores.

Em tese, no processo de construção e de estabelecimento da educação do campo, como uma política pública direcionada aos sujeitos do campo, emerge também a necessidade de educadores e educadoras tenham um perfil que atenda às dimensões dos processos pedagógicos que envolvem essa modalidade de ensino. Portanto, o PPP da escola em questão,

em que se trabalha com essa nova concepção de educação, deverá, obrigatoriamente, introduzir uma reflexão sobre as práticas dos profissionais que atuam na escola (CALDART, 2012).

## **2-METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi empregada a pesquisa bibliográfica, com base nos pressupostos teóricos de autores que trabalham na perspectiva da educação do campo. Esse é um recurso fundamental, pois possibilita uma melhor reflexão e compreensão do tema tratado e possibilita que se introduzam várias vertentes que contribuem para formular e organizar as ideias. Como explicam Lakatos e Marconi (2003), as pesquisas bibliográficas se constituem a partir de conteúdos já trabalhados e discutidos, mas que permitem ao pesquisador apresentar novas abordagens com propostas e conclusões inovadoras e revolucionárias.

No segundo momento, introduzimos a pesquisa de campo para, posteriormente, analisar o caso em questão, com o objetivo de buscar informações acerca da realidade da unidade escolar constituída, com uma visão educacional diferenciada, e como vem sendo executado o seu PPP. De acordo com Lakatos e Marcone,

a pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (LAKARTOS e MARCONE, 2003, p.186).

Portanto, a interpretação e a análise das informações coletadas em campo deverão ser baseadas, sobretudo, em uma fundamentação teórica consistente, para dar mais ênfase à pesquisa. Outra ferramenta que utilizamos foi a aplicação de entrevista com perguntas abertas direcionadas para o conjunto pedagógico da escola e representantes da comunidade, para verificar como vem sendo trabalhada a perspectiva da educação do campo e se o processo apresenta como base o PPP a partir de uma gestão democrática.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Para compreender bem mais o tema abordado, optamos por dividir os resultados da pesquisa em três partes essenciais, para iniciar o processo de investigação e de análise dos

dados coletados. Nesse sentido, dividimos o trabalho em três subtítulos: o primeiro aborda, de forma geral, o contexto e os princípios pedagógicos da educação do campo pensada pelo MST; o segundo contextualiza a realidade atual da educação na unidade escolar pesquisada; e o terceiro aborda a elaboração e a execução do PPP da escola em questão.

## **AS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS DO MST**

No Brasil, a luta por uma educação popular não é recente. Ao longo dos anos, os movimentos sociais do campo, compostos de sujeitos considerados políticos e coletivos, vêm mudando a concepção de educação e de formação direcionada para a população do campo. Eles são os responsáveis por intensificar uma luta que consiste em defender os interesses dos camponeses.

Os movimentos sociais, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), ressignificaram a luta por terra com a reivindicação da luta por uma educação de boa qualidade no campo, para manter o movimento ativo entre gerações. O fato é que, historicamente, a educação oferecida para as populações do campo, denominada de educação rural, caracterizada por salas multisseriadas, escolarização precária limitada ao 1º e ao 4º ano, infelizmente ainda é o modelo predominante no campo (RIBEIRO, 2013).

Ressalte-se, entretanto, que, embora a educação do campo esteja se firmando na sociedade, ainda vem sendo tratada e, em alguns casos, confundida com a educação ruralista imposta para os agricultores e seus filhos. Essa concepção precisa ser superada na sociedade, nas políticas educacionais, nas escolas do campo e, até, nos movimentos sociais, pois, apesar dos encontros, dos congressos, das formações e das lutas, no movimento, ainda existem militantes com a concepção de educação rural enraizada, como afirma Ribeiro (2013). Provavelmente, ainda não se aceita uma proposta diferenciada de educação.

Como contraponto, o MST surgiu com projetos pedagógicos e dimensões educativas que compreendem a classe trabalhadora, como sujeitos sociais e transformadores dos seus saberes. Caldart (2012) assevera que, ao incorporar a educação em sua dinâmica de luta, a escola se torna uma marca cultural para o movimento como. Mais do que isso, “a escola passou a ser vista como uma questão também política, quer dizer, como parte da estratégia de luta pela Reforma Agrária vinculada às preocupações gerais do Movimento com a formação de seus sujeitos” (CALDART, 2012, p. 230).

Concordando com a visão da autora, podemos afirmar que o MST enxergou na educação escolar uma ferramenta concreta para manter a luta por terra. Porém, outro motivo

que impulsionou o movimento a adentrar mais uma luta conflitante é a realidade educacional excludente do país, onde é alto o índice de analfabetismo no campo atrelado à visão preconceituosa contra crianças, jovens e adultos dentro das escolas decorrente da condição de acampados ou assentados. Esses elementos podem ser considerados o estopim para intensificar a luta por uma educação e escolas diferenciadas nos assentamentos com professores capacitados a fim de formar e de transformar.

É nessa concepção que a luta por uma educação do campo vem buscando ressignificar, na sociedade, a concepção de educação dirigida para os sujeitos do campo. Com esse objetivo, desde os anos 90, o MST vem criando escolas que contemplam todas as fases de ensino, do fundamental ao médio, além de capacitação profissional. Ao longo dos processos, foram criados materiais educativos, como livros de leitura, cartilhas etc. Entretanto é importante compreender que essa luta não foi nem vem sendo fácil, porquanto atualmente ainda existem vários assentamentos que não conseguiram conquistar suas escolas e continuam dependentes de uma educação com fins que não contemplam a realidade e as necessidades educacionais do campo.

Um ponto que deve ser ressaltado na história do MST, em sua luta por educação, é que, ao longo dos anos, ele vem desenvolvendo propostas pedagógicas disseminadas em encontros nacionais, em congressos e em seminários, que resultaram em cartilhas e cadernos de educação voltados para a formação, visando especificar os objetivos educacionais do movimento, na perspectiva de que não sejam dissociados do contexto da luta pela terra e, muito menos, de sua organicidade. Essa é uma forma de envolver em sua dinâmica uma necessidade de contemplar as especificidades sociais, culturais e políticas dos sujeitos. Assim, em 1996, foi publicado o Caderno de Educação nº 8 do MST, intitulado ‘Os princípios de educação para o MST’, com o objetivo de estruturar, por meio da educação, um projeto maior, cuja s constituição tem como alicerce incorporar as dimensões políticas e sociais.

Segundo Caldart (2012), os cadernos são elaborados pelo Coletivo de Educadores e contemplam os “princípios educacionais do movimento”. São divididos em dois pontos essenciais: os ‘princípios filosóficos’, que têm como finalidade construir um projeto político que contemple os trabalhadores/trabalhadoras, com o intuito de fortalecer e desenvolver uma consciência revolucionaria, e os ‘princípios pedagógicos’, que abordam, de forma geral, a ideia de ensino e de capacitação e a relação entre teoria e prática vinculada ao “saber fazer” enfatizado por Caldart (2012).

Com esses princípios, o MST visa integrar interesses em um projeto que envolva questões políticas e pedagógicas que correspondam à realidade campestre. Seria, na verdade,

uma combinação entre todos os processos educativos ligados também à formação dentro do movimento e que tentam desmitificar uma construção impregnada na sociedade, onde os conhecimentos, os saberes e a cultura do campo são separados dos agentes sociais, tratados como elementos individuais e neutros.

Partindo desses interesses, as propostas pedagógicas, através de atividades e metodologias pensadas dentro do movimento, devem ser consideradas no desenvolvimento do Projeto Político-pedagógico (PPP). Na realidade, seria um norte a ser seguido durante o ano letivo e aplicado na prática dentro das escolas que correspondem à educação do campo. Essas propostas vêm sendo desenvolvidas em um coletivo nacional articulado, que envolve todos os estados do país, porém, considerando que as escolas devem ter suas propostas desenvolvidas de acordo com o contexto e a realidade da região em que está inserida.

A educação pensada dentro do movimento não só considera as atividades tradicionais e rotineiras de uma escola, como também contempla a vivência, o cotidiano e a realidade dos educandos e as particularidades que comportam o campo. O conjunto pedagógico que compreende uma escola e tem como primazia a metodologia aplicada durante as práticas de ensino desenvolvidas pelos professores deverá ter como fundamento a prática do aluno em uma relação que comporta a ligação entre prática-teoria-prática, com objetivo de instigar o aluno a compreender o porquê e para que serve o conteúdo estudado (OLIVEIRA, 2006). O papel do professor conseqüentemente será o de desenvolver possibilidades que visem à relação ensino/aprendizagem, buscando utilizar o conhecimento prévio dos alunos e relacioná-los com os conteúdos abordados para se contrapor à educação tradicional e proporcionar uma troca de conhecimentos entre os alunos e o professor.

Mais do que isso, o currículo elaborado pelo MST visa contemplar uma relação entre a escola, os alunos e a comunidade, que devem trabalhar em conjunto com a participação de todos. Esse é um pré-requisito para a elaboração do PPP, que deverá contar com a participação de representantes da comunidade, dos alunos, dos professores e dos gestores. A seguir, essa questão será tratada com mais detalhe sobre a Escola Zumbi dos Palmares.

## **A REALIDADE DA ESCOLA MUNICIPAL ZUMBI DOS PALMARES**

A Escola do Campo Zumbi dos Palmares, assim como outras escolas existentes nos assentamentos do MST espalhadas no país, compartilha realidades semelhantes no que se refere à luta por uma educação que valorize a identidade sem-terra a partir dos objetivos políticos e pedagógicos desenvolvidos dentro do movimento, com a participação das famílias

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

acampadas e assentadas, dos professores e do próprio movimento. Essa interação resultou no ‘Setor da Educação do MST’ e no ‘Coletivo Nacional de Educação do MST’, como destacado por Caldart (2012), em sua obra ‘Pedagogia do Movimento Sem Terra’ ao tratar do termo “ocupar a escola” como uma marca que define a luta para inserir a educação como princípio essencial, a fim de manter a luta por terra, incluindo a escola dentro da organicidade do movimento. O fato é que esse objetivo se tornou um desafio que persiste.

Nesse contexto educacional, baseado em uma organicidade nacional, são articuladas as propostas pedagógicas pensadas pelo MST, de que as escolas do campo devem extrair os elementos essenciais para compor o seu PPP. Porém, algumas escolas, por várias razões circunstanciais, não conseguem pôr em prática um projeto pedagógico que contemple os processos políticos e metodológicos para compor a estrutura administrativa e pedagógica da escola.

Partindo desses pressupostos, vale salientar que o Assentamento Zumbi dos Palmares, localizado no Município de Mari - PB, dispõe de uma escola do campo sob a gestão municipal e vem lutando para desenvolver um projeto educacional que consiga contemplar a realidade dos trabalhadores assentados. Ela oferta as modalidades de ensino infantil e ensino fundamental (anos iniciais) do primeiro ao quinto na e funciona em salas multisseriadas. O ensino infantil I e o II funcionam juntos, o 1º, em sala única; o 2º e o 3º ano, juntos, assim como o 4º e o 5º anos, considerando que a escola só dispõe apenas de duas salas de aula.

A equipe da escola é composta de uma diretora, uma vice-diretora, uma supervisora, quatro professores com formação superior, um secretário e dois auxiliares de limpeza. A escola só funciona nos turnos manhã e da tarde e não oferta ensino médio ou EJA. Seu quadro de alunos é composto de 62 educandos filhos das famílias assentadas. A estrutura física apresenta um padrão relativamente aceitável, apesar de ter muito a fazer, mas oferece duas salas de aula, dois banheiros, uma cantina, uma sala para a diretoria e um pátio de recreação, destacado no PPP que está em atualização.

Para compreender a importância dos processos que gerou e que constitui atualmente a Escola Municipal Zumbi dos Palmares, é imprescindível ter a plena convicção dos elementos que devem compor uma escola do campo, firmadas em uma base filosófica diferenciada das escolas urbanas. A escola em questão foi se constituindo a partir dos princípios pedagógicos consolidados na construção dos saberes, e não, na transmissão dos saberes que são valorizados e pregados nos movimentos sociais como uma marca histórica que define a luta por uma educação do campo. Todavia, os documentos oficiais que definem as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, instituídas através

do Conselho Nacional de Educação - Resolução CNE/CEB, n.1, de 03 de abril 2002, dispõe, no artigo 2º, sobre a necessidade de escolas que comportem a realidade e a identidade do campo.

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002, p.01).

Ressalte-se, no entanto, que a realidade afirmada na Resolução de 2002 não é a mesma. Durante a entrevista realizada na Escola Zumbi, foi possível compreender, na fala da diretora, questões contraditórias, pois, ao mesmo tempo em que a escola tenta contemplar a filosofia pregada pelo movimento, as diretrizes andam na contramão e não funcionam como deveriam, porque, segundo ela, existe o desejo de fazer diferente, mas o próprio sistema educacional barra.

Então, devemos considerar que as escolas do campo não são autônomas nem estão apenas sob a gestão do movimento, mas em uma gestão municipal ou estadual que oferecem uma educação geral sem dar suporte para projetos educacionais diferenciados, porque nosso sistema educacional sistematizado, apesar das diretrizes e das políticas instituídas, não conseguem contemplar de fato a amplitude da educação do campo. Essa modalidade de ensino só será reconhecida como política educacional e com os devidos direitos educacionais garantidos se permanecerem ligadas aos movimentos sociais, como afirma Caldart (2012). Do contrário, poderá perder sua essência revolucionária.

Em relação à metodologia aplicada na Escola Zumbi dos Palmares, ressaltamos a grande dificuldade dos professores para transformarem os conteúdos curriculares em educação do campo, como alerta a diretora nesta fala:

Olhe só, é uma contradição que esses professores vivem, a educação do campo é um direito, então se é um direito nós do campo deveríamos ter o nosso livre arbítrio para discutir a nossa proposta total na escola. Mas, da prefeitura vem um projeto que ta implantado lá na escola da cidade, vem outro programa que ta inserido vem pra cá, então isso aí o professor daqui ele fica louco. Ele tem o projeto aprender pra da conta, ele tem o projeto de leitura pra da conta, ele tem o conteúdo da grade curricular pra transformar em educação no campo, porque não existe uma matriz



curricular pra cada série, eles não dão conta daquelas atividades, tem que dá de conta, entendeu? (DIRETORA).

Existem vários obstáculos para os professores desenvolverem suas metodologias de ensino no campo, visto que é um trabalho amplo contextualizar o conteúdo curricular obrigatório presente nos livros didáticos, porque estão totalmente distantes dos temas ligados ao campo e à realidade dos assentados. Essas questões acabam dificultando o trabalho pedagógico e influenciam negativamente o ensino e a aprendizagem.

Devido a esse problema, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9394/96 destaca, no artigo 28, alguns elementos a serem considerados na educação direcionada para a população do campo:

Art. 28. Na oferta da educação básica para a população rural, os Sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua Adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente. Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

I - Conteúdos curriculares e metodologia apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - Organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - Adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, p.16)

Percebe-se, no entanto, que essa realidade não está descrita na LDB. Isso significa que, apesar de a educação do campo ser um direito garantido, a Escola Zumbi dos Palmares é desafiada a manter essa nova concepção de educação. Assim, uma relação próxima entre a comunidade e a escola é fundamental para melhorar o desenvolvimento dos processos de ensino, visto que foi a partir das famílias militantes que surgiu a iniciativa de lutar por uma educação digna dentro dos acampamentos e dos assentamentos.

## **ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

As escolas têm a obrigação de planejar e de organizar seu Projeto Político-pedagógico, por ser um documento que deverá especificar os objetivos e as diretrizes a serem desenvolvidos na escola durante o ano letivo. No entanto, as ações referentes aos processos educativos deverão se basear, sobretudo, no sistema educacional. Porém, isso não impede que a escola contemple um conjunto de fatores correspondente às necessidades educacionais para

a comunidade onde se encontra a unidade escolar. Nesse sentido a escola precisa ter um conjunto pedagógico com uma base sólida para planejar, organizar e tomar decisões reflexivas que possam contribuir para uma educação de boa qualidade, comprometida com os atores sociais.

As escolas do campo vêm lutando para criar um projeto próprio, visando potencializar a relação entre o campo e a educação baseada na construção e na reconstrução política da luta dos movimentos por uma educação que compartilhe da realidade campesina (CALDART, 2004). Podemos afirmar que o PPP é uma forma de criar e estruturar projetos pedagógicos, desenvolver ferramentas e métodos educacionais, considerando o modo de agir, a cultura e os valores para ressignificar o espaço escolar.

Mais do que isso, essa é uma oportunidade de estabelecer relações sociais e de construir a identidade dos trabalhadores do campo, cumprindo com o papel de contemplar as particularidades que compõem as escolas com educação do campo. Considerando esses aspectos, Caldart destaca três tarefas a se cumprir:

Manter viva a memória da Educação do Campo, continuando e dinamizando sua construção e reconstrução pelos seus próprios sujeitos; identificar as dimensões fundamentais da luta política a ser feita no momento atual; e seguir na construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo (CALDART, 2004, p.2).

A primeira versão do PPP da Escola Zumbi dos Palmares foi elaborada no ano de 2015. No ano de 2018, iniciou-se o processo de formulação da nova versão que atualmente está em fase de desenvolvimento. O processo é resultado de reuniões com professores, gestores e representantes da comunidade, somado com os esforços e o compromisso para melhorar o desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem, para que, juntos, discutam sobre propostas pedagógicas que correspondam às especificidades dos educandos residentes na comunidade.

Entretanto, segundo a gestora atual, apenas a parte administrativa foi concluída, porque houve dificuldades para desenvolver a parte pedagógica. Inclusive, o objetivo é de rever alguns pontos do antigo e modificá-los. Ele deverá conter ações que envolvam toda a estrutura pedagógica, como: reuniões bimestrais, com o intuito de definir objetivos e ações voltados para organizar os eixos temáticos, as avaliações, os conteúdos que deverão compor os componentes curriculares e as habilidades a serem trabalhadas nas fases de ensino ofertadas na escola.

Felizmente, foi possível ter acesso ao PPP, que está estruturado da seguinte forma: introdução, objetivos e desenvolvimento. É possível perceber que a estrutura organizacional da escola contempla um conjunto de elementos formais e não formais para melhorar o funcionamento da unidade. Assim, comporta a organização administrativa que visa também dar suporte para a organização pedagógica, incluindo o currículo como um elemento obrigatório. Contudo, por se tratar de uma escola com educação do campo, é obrigação dar ênfase à pedagogia desenvolvida pelo MST, considerando sua luta por terra e a educação como elementos pedagógicos de formação dos educandos.

Esses aspectos estão sendo delimitados no PPP, mas, ao tratar das práticas de ensino e das avaliações bimestrais e contínuas a serem desenvolvidas pelos professores, precisa de uma atenção específica. E já que os tipos de avaliação ainda não foram totalmente especificados no PPP, só foram destacados alguns aspectos a considerar. É importante salientar que as avaliações não devem assumir uma perspectiva disciplinadora com o objetivo de aprovar ou de reprovar, muitas vezes, excluindo os camponeses do acesso ao conhecimento. Por essa razão, é preciso refletir sobre para que e por que avaliar. O sistema educacional exige uma avaliação formal, com a atribuição de notas de forma quantitativa. Na Escola do Campo Zumbi dos Palmares, as avaliações e as práticas de ensino devem assumir um papel construtivo e formativo, considerando as dimensões culturais e as políticas, e não, apenas técnicas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O contexto da conquista da Escola Zumbi dos Palmares foi marcado por uma luta significativa por terra e educação, que também possibilitou pensar em práticas educacionais que comportem uma formação consciente para a vida e para a luta. Como vem sendo abordado no trabalho, os desafios são muitos, como a falta de uma estrutura satisfatória e de professores que compreendam e lutem para garantir a eficácia do ensino e materiais adequados. No entanto, observamos que houve conquistas, e a mais importante foi a própria escola dentro do assentamento.

Considerando tudo o que foi abordado no trabalho, podemos inferir que a educação pensada por meio dos movimentos sociais para as escolas do campo vem enfrentando vários desafios para implantar um projeto pedagógico que aborde os aspectos específicos do campo.

Assim, compreendemos que, apesar de as decisões pedagógicas envolverem um coletivo, a unidade escolar apresenta aspectos que se distanciam da compreensão das

dimensões da educação do campo. Esse problema pode estar atrelado a várias questões, como, por exemplo, as formalidades do sistema educacional e o conjunto pedagógico composto de professores urbanos que não vivenciam a realidade, o que se reflete no tipo de educação planejada e oferecida nessa escola.

Durante as pesquisas para desenvolver este trabalho, ficou perceptível a carência metodológica e teórica para efetivar um Projeto Político-pedagógico diferenciado na escola em questão, devido às dificuldades para desenvolver propostas que contemplem a realidade do campo e que funcionem na prática, baseadas nos princípios pedagógicos do MST, a fim de contemplar todas as dimensões relativas à existência política e social da comunidade.

## REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. / Roseli Salete Caldart. - 4.ed.-- São Paulo: Expressão Popular, 2012, 448 p.

PRINCÍPIOS da educação no MST. São Paulo: **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, 1996. (Cadernos de Educação n. 8).

OLIVEIRA, A. P. M. **Ideologia e educação: a proposta pedagógica do MST e as escolas de campo de Querência do Norte-Pr**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Maringá, 2006,155 p.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para a construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004 (Coleção Por Uma Educação do Campo, 5).

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003. 310 p.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, emancipação: princípios/fins da formação humana**/ Marlene Ribeiro. - 2. ed-São Paulo: Expressão Popular, 2013. 456 p.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB 1/2002** - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. MEC: Brasília - DF, 2002.